

Sintect/JFA realiza setoriais com trabalhadores (as)

O SINTECT/JFA, cumprindo as orientações da Central (CUT), vai até a base de trabalhadores e trabalhadoras orientar e mobilizar para o enfrentamento necessário contra a aprovação da "Reforma da Previdência". Chama a categoria para uma assembleia e a participação em plenárias para discutir formas e unidades para derrotarmos os interesses do capitalismo e do empresariado. Convida para participar de atos que acontecerão contra os ataques aos direitos

sociais e à justiça do trabalho, no dia 21 de fevereiro, na Avenida Rio Branco, 1880, bem como uma Plenária Unitária no dia 20 de fevereiro, em local a ser definido. Também um seminário da Previdência com a presença do Professor Helder Molina, do Rio de Janeiro, no dia 22 de fevereiro com local a ser definido. Iniciamos as setoriais nas unidades que seguem: AC /Central/ JFA, CTCEJFA – 1º, 2º e 3º turnos e UD/Santos Dumont.



Convidamos todos (as) filiados (as) e seus dependentes a participarem deste grande evento realizado pelo SINTECT/JFA. Mais informações estarão sendo divulgadas nas setoriais e nos quadros de avisos ou pelo telefone (32)3215-5318. Contamos com a participação de todos!

A DIRETORIA



Jurídico

por Sandro Tavares, assessor jurídico do Sintect/JFA

Plano de Saúde dos Correios

Caro trabalhador Ecetista, desejamos a todos e seus familiares um próspero e feliz ano novo. Estamos tendo informações de vários trabalhadores a respeito da deficiência, da falta de boa e eficiência prestação de serviço do plano de saúde, médicos descredenciados, hospital sem mais o convênio, ou suspenso devido à falta de pagamento, sem falar na mensalidade, agora que estamos pagando para ter um benefício que sempre fora e fizera parte do contrato de trabalho sem mensalidade. Realmente constatamos em toda Minas Gerais uma falha na prestação de serviço do nosso plano de saúde, que já foi muito bom, e que, atualmente, encontra-se com vários problemas financeiros e de gestão. Casos não faltam para contar, desde a retirada de dependentes, desde a negativa de consultas e atendimentos em hospitais.

O plano de saúde é protegido pelo Código de Defesa do Consumidor, além de fazer parte do contrato de trabalho, protegido por cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho. O Código de Defesa do Consumidor protege as relações do trabalhador com o plano de saúde. Após estudar e analisar todas as situações, vejo a necessidade real de cobrarmos o bom atendimento, uma excelente prestação de serviço de saúde realizado pelo plano dos CORREIOS, já que pagamos, e pagamos caro.

Assim, convoco todos os Ecetistas que tiveram e que têm problemas com o plano de saúde, seja de qual situação for, a procurar o atendimento no Sindicato do Jurídico, para que as medidas e proteções jurídicas sejam tomadas.

Analisar a questão referente ao plano de saúde à luz do Código de Defesa do Consumidor, pleiteando algumas questões importantes para a solução e a obrigar ao plano de saúde a prestar um excelente serviço ao trabalhador:

- Pedido de dano moral pela ausência da boa prestação e falha na prestação dos serviços médicos;
- Abatimento e redução da mensalidade naquele mês ou meses de falha e de má prestação dos serviços médicos do plano de saúde;
- Obrigar o plano de saúde dos CORREIOS a retomar o convênio com um determinado médico e convênio hospitalar;
- Exames e consultas médicas.

Procure, pois, o atendimento do departamento jurídico do Sindicato para que o seu caso possa ser analisado, avaliado e as medidas jurídicas possam ser tomadas o quanto antes.

Notícias

Sindicais

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios de Juiz de Fora e região

MALA DIRETA
POSTAL
DOMICILIÁRIA
9912340568/2013-DR/IMG
SINTECT/JFA
CORREIOS

FECHAMENTO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELAECT

Filiado a
CUT
FENTECT

Nº120 - Janeiro de 2019 - sintectjfa.org.br

Governo planeja, através de MP, investigação de benefícios do INSS

Após o governo Temer, o pente-fino continuará em segurados do INSS, sobre aposentadorias e pensões. O governo Bolsonaro vai enviar ao Congresso uma Medida Provisória que irá rever regras previdenciárias para arrochar ainda mais as concessões de benefícios. Para viabilizar ou concretizar essa MP, o governo estabelecerá um bônus de R\$57,20 a técnicos e analistas do seguro social que identificarem irregularidades em aposentadorias e pensões. A MP, segundo o governo, será apresentada como um conjunto de ações para aperfeiçoamento e modernização da legislação.

É esperada, com as novas regras, uma economia de R\$9,3 bilhões em um ano, já descontando os bônus. Esses valores correspondem a 4,2% do déficit previsto do RGPS (Regulamento Geral da Previdência Social) para este ano, estimulado que deverá ultrapassar a casa dos R\$220 bilhões. AMP, segundo quem acompanha o trabalho, tem o efeito de funcionar como uma espécie de ação moralizadora, para corrigir distorções legais, coibir fraudes. Seria a organização do INSS, enquanto não vem a Reforma da Previdência para arrebentar com o trabalhador.

Entra na mira dos fiscais pensão por morte, aposentadoria rural e auxílio reclusão. Na concessão de pensão por morte, para quem não era formalmente casado, uma das mudanças

propostas na MP é exigir, além da demonstração de dependência econômica, a chamada prova documental contemporânea, um documento que comprove a união na ocasião da morte. Na aposentadoria rural, a MP substituirá a declaração do sindicato pela autodeclaração do segurado do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura. Para este governo o direito por meio do sistema sindical é um resquício inadequado da mistura estado e entidades. O auxílio reclusão pago ao dependente do trabalhador preso passa a ter um período de carência, que é de 12 meses e tempo mínimo de contribuição.

Esse modelo que o governo Bolsonaro quer adotar é parecido com o de Michel Temer, em que peritos médicos recebiam R\$60 por exame extra realizado no INSS. Em 2018, quase 1,2 milhão de perícias tinham sido realizadas no pente-fino de benefícios.

O governo estima gastar R\$56,9 milhões com

o pagamento do bônus aos técnicos e analistas previdenciários. Para este pente-fino, a medida



provisória define que serão considerados suspeitos os benefícios com indícios de acumulação indevida (quando um segurado mantém dois benefícios que não poderiam ser pagos ao mesmo tempo), suspeita de morte do beneficiário e benefícios fora dos parâmetros previstos em lei. Segundo o INSS, 955,2 mil processos estavam parados, em fevereiro de 2018, com suspeitas de irregularidades.

Trabalhadores, vejam o que nos espera no pente-fino. Essa auditoria mostra que temos que lutar pelos nossos direitos, porque senão eles virarão pó.

Geraldo França, Diretor de Saúde do Sintect/JFA

25 de janeiro Dia do Carteiro



A estes profissionais que, há mais de três séculos e meio vêm aproximando pessoas e encurtando distâncias neste país de dimensões continentais, a direção do SINTECT/JFA empenha nosso maior respeito, principalmente neste dia, 25 de janeiro, que marca a comemoração a um profissional que sempre esteve presente e contribuindo em momentos históricos e de grande importância no nosso Brasil.

O CARTEIRO ESTÁ PERTO DE NÓS, TO-

DOS OS DIAS NÓS O VEMOS. PARABÊNS, CARTEIROS, QUE A CADA DIA SUPERAMOS OBSTÁCULOS PARA CUMPRIR SUA MISSÃO.

Em seu dia, em especial, convidamos estes memoráveis profissionais a uma reflexão para a superação de um obstáculo maior: enfrentar o neoliberalismo conservador que quer nos retirar conquistas e direitos, e, sobretudo, nossos empregos.



Atendimento jurídico
no Sintect/JFA

Toda sexta-feira
Às 17 horas
Na sede social do Sindicato
Tire suas dúvidas!

Vamos nos unir em defesa de uma empresa pública

Companheiros e companheiras,

Nos últimos meses, todos nós sabíamos o que ia acontecer com a vitória do então candidato ultra direitista eleito presidente da República Federativa do Brasil. Não vamos aqui tecer sua “plataforma de governo”. Ao longo do tempo, vamos sim fazendo as análises pertinentes de toda ela. Queremos somente colocar em tema a situação e preocupação dos nossos problemas internos. Enquanto ecetistas e representantes de uma categoria que, com todos os obstáculos e covardias, conseguimos grandes vitórias e conquistas para todos nós, mesmos para aqueles que se acuraram e fugiram da luta. Pois bem, o que vivenciamos hoje é fruto da omissão e da falta de coragem da maioria dos trabalhadores, principalmente das áreas administrativa, suporte, atendimento e do combalido e enterrado cargo de OTT. Os ataques que estamos sofrendo, com mais ênfase agora neste desgoverno, pois é uma continuação piorada do que terminou, não terá fim se não fizermos frente a tudo isso através de uma luta organizada e sem medo, pois já está delineado o plano macabro de privatização, arquitetado pelo czar da economia deste desgoverno, o qual recai sobre ele acusações de que se beneficiou nos fundos de pensões das estatais. Então, cabe a nós, trabalhadores(as), fazermos uma reflexão relâmpago e decidirmos o que queremos:

defendermos nossa empregabilidade, nosso sustento, uma Empresa Pública 100%, a permanência em nossas cidades de origem, ou vamos esperar as coisas acontecerem para depois reclamarmos. Que todos tenham conhecimento, é assombroso o que está acontecendo com todos nós. Em entrevista o Ministro Astronauta disse que a Estatal passa por problemas e que precisa ser recuperada, mas deixando bem clara a possibilidade de privatização. Temos que ficar atentos para o futuro da “Nossa Empresa”. Mais do que nunca, temos que defender esse patrimônio de 355 anos de existência; não podemos admitir que ele seja entregue ao capital privado, pois perdemos os Correios, a população, o trabalhador(a) e o Brasil.

Se estamos passando dificuldades foi por culpa de gestões sem nenhuma responsabilidade, pois além de não investir corretamente o que a empresa faturou através de nosso suor, permitiu que o governo assaltasse os nossos cofres levando mais de R\$7 bilhões, desestabilizando toda a estrutura da empresa, jogando assim toda a culpa nos funcionários. É uma falácia dizer que a Empresa dá prejuízo. Prejuízo quem tomou fomos nós que ficamos aliados do processo de repatriação do lucro de R\$7 bilhões, surrupiados da nossa PLR. Tenham em mente, que esse

projeto de reestruturação da Empresa e uma possível privatização nada mais é uma justificativa para cobrir coisas assombrosas que fizeram. Portanto, a todos os trabalhadores(as) de bem da Empresa, sem distinção de cargos ou posições, só há uma saída: permanecemos unidos na defesa por uma Empresa Pública e de nossos empregos e não esperar as coisas acontecerem contrárias a nós.

Convênio



Como é de conhecimento de nossa Base Sindical, o convênio firmado com a Uniodonto só está dependendo da liberação, por parte da direção da Empresa, do desconto em folha. Este é mais um esforço do SINTECT/JFA em proporcionar alternativa para que nosso quadro de filiados (as) da ativa e seus dependentes, como também os aposentados, seja atendido em um plano de saúde odontológica que acolha as suas necessidades por um valor acessível, sem compartilhamento e, o mais importante, com respeito. Breve estará, a quem interessar, disponível o atendimento por esta empresa, que será em qualquer parte do território nacional.

A DIRETORIA

Nas redes



Twitter: @Chris_Angelotti

Você sabia?

Vivemos um governo equivocado

por Reginaldo de Freitas, diretor de Relações Sindicais do Sintect/JFA

Estamos vivendo um governo “confuso e equivocado” por termos negligenciado a discussão política, quer dizer, a discussão política da classe trabalhadora. Permitimos a vitória nas urnas de um candidato sem propostas e sem argumentos, bem como sem a devida legitimidade, uma vez que os números que lhe conferiram a vitória é de pouco mais de 1/3 do eleitorado.

O Mundo, no dia 28 de outubro de 2018, foi surpreendido quando os brasileiros e brasileiras elegeram um ultra conservador, sem argumentação para debater e expor uma proposta decente de governo. O histórico deste candidato que venceu as eleições é de ter sempre votado contra os interesses dos trabalhadores (as).

Votou a favor da “Reforma Trabalhista” nociva à classe trabalhadora e apoia a “Reforma da Previdência” que retirará mais direitos e conquistas da classe trabalhadora. E tem afirmado, reiterada vezes, que aprovará a “Reforma da Previdência” e “ameaça” com igual constância que regra de transição será mais “dura”.

Desde o lançamento da sua candidatura, deixa claro que não nos reconhece como classe, através



dos seus encaminhamentos onde e quando somente o proletariado é prejudicado. Falta de investimento na saúde prejudica somente trabalhadores e trabalhadoras, tal como a falta de investimento na educação e na segurança.

Chegou o momento de nos posicionarmos e irmos para as ruas combater a “Reforma da Previdência”, não permitindo mais este ataque. Este governo quer nos retirar o direito de termos direitos. Age com parcialidade quando atende, como atenderá as classes que repudiam esta reforma e já se posicionaram dizendo que não aceitará; são os militares e o judiciário.

Vamos mostrar a este governo neo liberal que juntos somos imbatíveis e mobilizados somos fortes o suficiente para fazermos tal enfrentamento.

Ao governo que nos nega justiça, negaremos a paz.

Governo cancela suspensão da Reforma Agrária

Cinco dias após suspender a política de reforma agrária no país, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) voltou atrás e cancelou a paralisação, que prejudicava a criação de assentamentos rurais e a titulação de territórios quilombolas em todo o país.

Em memorando enviado para as 30 superintendências regionais do Incra, o presidente substituto do órgão, Francisco José Nascimento, esclarece que “não há determinação do Governo Federal de suspender as ações das políticas de reforma agrária e de ordenamento fundiário”. O documento também revoga dois memorandos que haviam sido enviados no dia 3 de janeiro e que suspendiam todos os processos de compra e obtenção de terras para a criação de assentamentos rurais.



A justificativa para a paralisação era aguardar a definição da nova estrutura do Incra, que no governo do presidente Jair Bolsonaro deixou a Casa Civil e passou para o Ministério da Agricultura.

Entre os servidores do Incra, a sensação é a de que o governo está “perdido”. A **Repórter Brasil** conversou com três funcionários, que pediram para não serem identificados. Eles avaliam que a decisão inicial de suspender a reforma agrária e a posterior decisão de revogação da medida deixaram os funcionários atônitos.

Uma possível suspensão da reforma agrária afetaria de forma imediata 250 processos de aquisição de terras para assentamentos rurais e mais de 1.700 processos de demarcação de territórios quilombolas. Para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), uma suspensão da reforma agrária aprofundaria a violência no campo, segundo avaliação do dirigente nacional, Alexandre Conceição.

Apesar de ter voltado atrás, o Incra manteve a determinação de que as superintendências enviem um levantamento detalhado sobre todos os imóveis que podem ser destinados para a reforma agrária.

Fonte: Repórter Brasil



Adeus, Banco Postal!

No último mês, a ECT anunciou o fechamento do serviço de banco postal em 44 agências da região, seguindo uma determinação que já vem desde outubro. Com isso foram fechadas 1.827 agências de banco postal no Brasil todo. O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) informou que o fechamento irá afetar um total de 137.962 benefícios de aposentados e pensionistas, cujos pagamentos terão que migrar para outras agências bancárias. Desse total, 1.231 benefícios terão que ser transferidos para outros municípios.

Segundo a direção da empresa, “com o aumento das decisões judiciais que obrigam a adoção de ações de segurança adicionais às previstas para correspondentes bancários (contratação de vigilantes armados e/ou porta giratória), os Correios se veem obrigados a interromper os serviços do Banco Postal nessas localidades”, afirma a estatal. Segundo reportagem do jornal “Valor Econômico”, o custo mensal nessas agências poderia chegar a R\$ 8 milhões e a **intenção dos Correios era repassar essas despesas de segurança para o Banco do Brasil**, o que o contrato não permitiu. Voltando para nossa região, várias agências importantes de Juiz de Fora e cidades vizinhas vão deixar de atender o banco postal. Mais uma vez a direção da ECT prioriza o dinheiro em detrimento da população, sendo que muitos terão que se deslocar até outro município para receber seu benefício; com isso a direção da ECT deixa de aplicar a parte social. E quando a direção da ECT se nega a investir valores



para proteger as vidas de seus funcionários, ela mostra o desrespeito para com os mesmos. O SINTECT/JFA já entrou com várias ações, seja para exigir a contratação de vigilantes e portas giratórias, como também para exigir através da justiça indenizações para os trabalhadores que foram vítimas de assaltos, e entendemos que tanto a direção da ECT quanto o Banco do Brasil têm responsabilidades na segurança dos funcionários. Entendemos também que, quando se trata de segurança de funcionários e clientes, não se trata de **CUSTOS**, mas sim de investimentos, e lamentamos que a direção da empresa esteja sempre disposta a investir em salários altos a vice-presidentes e inúmeros patrocínios, mas não está disposta a investir na segurança do seu maior patrimônio, que são seus funcionários, e muito menos em oferecer à população um serviço de qualidade e extensivo a todos de norte a sul do país.

Para que servem os impostos que pagamos?

Entre os países com a maior carga tributária no mundo, o Brasil é o que proporciona o pior retorno dos valores arrecadados em prol do bem-estar da sociedade. O trabalhador brasileiro e toda a sociedade vêm sofrendo com os pesados impostos, principalmente, imposto sobre os produtos adquiridos e imposto de renda.

A camada de baixa renda é a que mais sofre, onde 28% de tudo o que ganham é consumido do salário, enquanto que os mais ricos pagam somente **10% do rendimento** neste tipo de imposto. Os impostos pesam muito no bolso das famílias, superando as despesas importantes do orçamento familiar. O brasileiro trabalha quatro meses para pagar impostos, durante o ano, e não há perspectiva de melhora em curto prazo, sem que sejam feitas reformas política e tributária que facilita a vida das pessoas.

As famílias estão endividadas, com cheques pré-datados, cartões de crédito, cartões de loja, empréstimo pessoal, prestações de carro, o que compromete a renda. Sabemos que tudo que é arrecadado deveria ser destinado a programas de geração de emprego, inclusão social, construção e recuperação de estradas, investimento em infra estrutura, segurança pública, estímulo a pesquisa científica, ciência, cultura, esporte,



meio ambiente, saúde, e transporte público etc, mas na realidade, não é o que vemos.

As propostas de Jair Bolsonaro para mudar as alíquotas do Imposto de Renda também penalizam os trabalhadores e trabalhadoras mais pobres do país. Com o discurso eleitoral de que irá simplificar as cobranças de impostos, Bolsonaro e seu economista defendem criar uma taxa única de 20% para todas as pessoas físicas ou jurídicas. Para professora da USP, Leda Paulani, essa proposta penaliza os mais pobres e não enfrenta o verdadeiro problema tributário do país. Segundo ela, é preciso mudar a estrutura tributária brasileira. Um dos problemas a serem enfrentados, diz ela, são os tributos indiretos que pesam mais para quem ganha menos. Fique de olho trabalhador; estão mexendo no seu bolso.

Notícias Sindicais

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Comunicação Postal, Telegráfica e Similares de Juiz de Fora e Região

Rua Marechal Deodoro, 447/301 – Centro – Juiz de Fora/MG – 36013-001
E-mail: sindifja@ig.com.br
Tel: (32)3215-5318 – Fax: (32)3217-9729
Presidente: João Ricardo Guedes (Índio)
Jornalista Responsável: Munique Duarte
MTE: 08.612 - imprensa@sintectjfa.org.br
Impressão: Gráfica União - Telefone: (32)3215-3941 - Tiragem: 1000

~ SINDICALIZE-SE ~
Fortalecendo a luta, avançamos nas conquistas!